



## **OS DESDOBRAMENTOS PROMOVIDOS PELO CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LDB/1996**

**DANIELA MAGALHÃES COSTA DE JESUS**  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNIFACS)  
[danielamagalhaes\\_20@hotmail.com](mailto:danielamagalhaes_20@hotmail.com)

**NILZETE TEIXEIRA SANTIAGO**  
UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)  
[nillipe@gmail.com](mailto:nillipe@gmail.com)

**JOSENILDO OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)  
[johalmeida@gmail.com](mailto:johalmeida@gmail.com)

**BRUNO SILVA FRAGA**  
UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)  
[Brunofraga.adm@bol.com.br](mailto:Brunofraga.adm@bol.com.br)

**MANOEL JOAQUIM FERNANDES DE BARROS**  
UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)  
[manoeljfb@gmail.com](mailto:manoeljfb@gmail.com)

### **RESUMO**

Este estudo propõe analisar criticamente as implicações do crescimento da educação superior privada no Brasil, a partir da LDB/96 que contribuiu com a entrada de grupos econômicos na área educacional. Acredita-se que, o envolvimento de órgãos comerciais na expansão das instituições privadas contribui para mercantilização do ensino superior à medida que compara a educação a um serviço similar aos demais serviços comerciais. Associado ao objetivo geral, o presente estudo traça como objetivos específicos: mapear o crescimento da educação superior no Brasil nos últimos anos, descrever as especificidades da área educacional e sua atividade fim e, por fim, contribuir com as discussões sobre a mercantilização do ensino superior.

**Palavras-Chave:** Serviço Educacional, Qualidade na Educação Superior, Expansão no Ensino.

## **1. INTRODUÇÃO**

O setor de educação, mais precisamente o de Instituições de Ensino Superior (IES) privada, passou por significativo crescimento nos últimos anos, atraindo grandes grupos econômicos, dispostos a investir no ramo. A abertura de mercado educacional a iniciativa privada e a própria LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases) contribuíram para essa expansão. Moran (2000) destaca que o campo da educação se encontra muito pressionado por mudanças, assim como acontece com as demais organizações, o que veio também a contribuir com todo esse movimento. Segundo dados do INEP (2015a), a educação superior tem concentrado, de forma crescente, um maior número de ingressantes na iniciativa privada. Os dados, apresentados pelo censo de 2014, que tratam do período de 2010 a 2014, apontam que, de um total de 2.368 IES no Brasil, 87%, aproximadamente, são de iniciativa privada.

Dados de 2015, divulgados na Sinopse Estatística da Educação Superior (SEMESP, 2015), contabilizam um total de 8.027.297 alunos matriculados no ensino superior, distribuídos da seguinte forma: A rede pública (federal, estadual e municipal) absorve 1.952.145 destes alunos, já a rede privada absorve um total de 6.075.152, distribuídos entre bacharelados, licenciaturas e cursos tecnológicos.

Para Barros e Boaventura (2005), o crescimento da iniciativa privada no ensino superior ocorreu pela incapacidade do setor público em fornecer recursos para suportar essa demanda. Entretanto, para os autores, o principal motivo está na relação entre teoria do desenvolvimento econômico e a teoria do capital humano, na qual o investimento na educação básica e fundamental é estimulado em busca de um maior retorno econômico e social. Todo esse movimento, de ampliação de vagas no nível superior, provocou uma expansão da oferta, além de um incremento da demanda de forma intensa, tanto por novas instituições, como por novos cursos, alunos e mais docentes. Ainda para Barros e Boaventura (2005), através da privatização, apoiado em políticas neoliberais, o governo fomenta a expansão da educação superior, provocando uma tensão entre o público e o privado.

Nesse panorama apresentado surge um debate de alta relevância para a sociedade que motiva os autores a tratar do tema aqui exposto. Afirma-se que o envolvimento de órgãos comerciais na expansão das instituições privadas contribui para mercantilização do ensino superior à medida que compara a educação a um serviço similar aos demais serviços comerciais. Sendo assim, questiona-se quais as implicações desse movimento de expansão da área educacional para a qualidade do ensino superior no Brasil dentro da iniciativa privada nos últimos dez anos? Reconhecer a educação como serviço ou, até mesmo, fazer um comparativo entre ambos, é alvo de críticas por parte de alguns estudiosos, que abordam a precarização docente e a mercantilização do ensino superior, como Alcadipani e Bresler (2001) e Chizzotti (2014).

O objetivo deste artigo é analisar criticamente a expansão da educação superior privada no Brasil, nos últimos dez anos, com a entrada de grupos econômicos na área educacional, além de contribuir para as discussões acerca da mercantilização do ensino superior a partir do seu crescimento e a precarização do trabalho docente.

## **2. BREVE PANORAMA DO CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL**

Fatos traduzidos em números expressam esse movimento de expansão do ensino superior. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2015a), no ano 2000, existiam, no país, 1.180 IES, sendo 1.004 privadas e 176 públicas. O censo de 2009 registrou o número de 2.314 IES, sendo 2.069 privadas e 245 públicas. Em 2010, as IES privadas já eram 77,8% das existentes no Brasil e, em 2015, 80%, das cerca de 2.400 IES do país, eram da iniciativa privada.

Todo esse movimento de expansão e o crescimento acentuado da iniciativa privada no setor de educação provocou um impacto na economia do Brasil de forma representativa, refletida no Produto Interno Bruto (PIB). Classificado como setor terciário da economia, o setor de serviços vem demonstrando destaque na economia mundial nas últimas décadas, e essa realidade não é diferente no Brasil (IBGE, 2014). Estaria incluído no setor de serviços o comércio, o transporte, as comunicações, a educação, dentre outros. Tamanha abrangência de atividades, ligadas ao setor, que para Corrêa e Caon (2014) os dados que são publicados sobre a área, provavelmente subdimensionam “serviços” no total da ocupação de mão de obra e na participação do PIB nacional, dada a complexidade das suas operações.

Constata-se, no Censo 2014, que a educação superior tem se concentrado cada vez mais na iniciativa privada, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Estatísticas Gerais de Educação Superior – Brasil - 2014

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
<b>Número de Instituições</b>	<b>2.368</b>	<b>298</b>	<b>107</b>	<b>118</b>	<b>73</b>	<b>2.070</b>
<b>Educação Superior - Graduação</b>						
Cursos <sup>1</sup>	32.878	11.036	6.177	3.781	1.078	21.842
Matrículas	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
Ingresso Total	3.110.848	548.542	346.991	148.616	52.935	2.562.306
Concluintes	1.027.092	241.765	128.084	89.602	24.079	785.327
<b>Educação Superior - Sequencial de Formação Específica</b>						
Matrículas	11.752	564	137	252	175	11.188
<b>Educação Superior - Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i></b>						
Matrículas	299.355	251.096	170.128	79.633	1.335	48.259
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL</b>						
Matrícula Total	8.139.120	2.212.662	1.350.333	695.734	166.595	5.926.458
Funções Docentes em Exercício <sup>2,3</sup>	383.386	163.113	101.768	50.863	10.482	220.273
Docentes em Exercício <sup>2,4</sup>	348.928	161.306	100.738	50.285	10.283	187.622

Fonte: MEC/Inep. Notas: (1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingressantes; (2) Não incluem os docentes que atuam exclusivamente na Pós-Graduação Lato Sensu; (3) Corresponde ao número de vínculos de docentes a Instituições de Educação Superior; (4) Quantidade de CPFs distintos dos docentes em exercício em cada Categoria Administrativa.

Os dados indicam um total de 2.368 Instituições de Ensino Superior no Brasil, sendo 2.070 da iniciativa privada, ou seja, aproximadamente 87% das IES. Além do significativo número de IES privadas, observa-se, também, o aumento das matrículas nestas Instituições: de um total de 8.139.120 no país, apenas 2.212.662 realizaram matrícula nas instituições públicas (27%), sendo 5.926.458 das matrículas nas IES privadas. A despeito de serem dados dos últimos 05 (cinco) anos – 2010-2014, esse crescimento iniciou-se na década de 90, quando já se observava uma convergência da educação superior para a área privada.

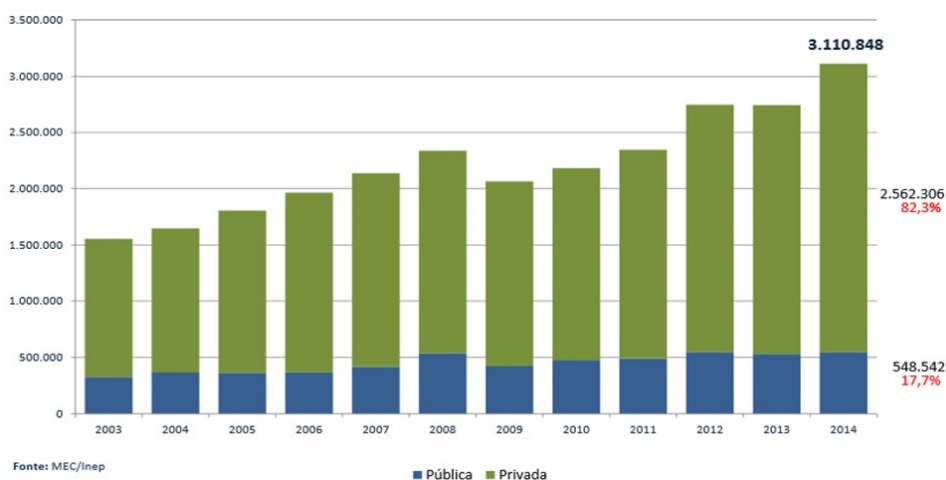
Esse crescimento acelerado da educação, na esfera privada, tanto pode levar à interpretação da ausência do Estado de ofertar vagas no ensino superior, quanto da suposta acessibilidade e continuidade na esfera privada, já que, nesta, há grande oferta de vagas, muitas vezes baixa concorrência e, em regra, os estudantes não correm o risco de atrasar o curso em razão de greves, o que ocorre com certa frequência na rede pública de ensino.

Cabe destacar que o serviço educacional era prioritariamente papel dos governos. Entretanto, houve uma ampliação desta competência para a iniciativa privada, principalmente no nível superior, por motivos diversos. Um deles foi o crescimento do número de alunos matriculados

no ensino médio, associado a políticas governamentais que ampliaram programas de educação profissional, favorecendo esse crescimento. Todo esse movimento, de ampliação de vagas no nível superior, provocou uma expansão da oferta, além de um incremento da demanda de forma intensa, tanto por novas instituições, como por novos cursos, alunos e mais docentes. Ainda para Barros e Boaventura (2005), através da privatização, apoiado em políticas neoliberais, o governo fomenta a expansão da educação superior, provocando uma tensão entre o público e o privado.

Pelos dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2014), o número de ingressantes no ensino superior privado aumentou em aproximadamente 1 milhão nos últimos 5 anos. Desses ingressantes, 82,3% estão na esfera privada e apenas 17,7% em instituições públicas. Podemos inferir, com essas informações, que há uma necessidade de ampliação do corpo docente das IES privadas, dado o seu acelerado crescimento no número de estudantes. O crescimento acelerado no número de matrículas nos cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, no Brasil, nos últimos anos, como pode ser visto no gráfico 01 tem impulsionado estudos, pesquisas e reflexões sobre a dinâmica dos mecanismos dessa evolução e sua influência no processo educacional do país.

Gráfico 1- Número de Ingressos em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2014



No que se refere ao número total de ingressantes na educação superior, observa-se, no Gráfico 1, que, no período de 2010 a 2014, o maior crescimento se deu no ano de 2014 com relação ao ano de 2013, cujo percentual, segundo análise do censo 2014, foi de 13,4%, após a estabilidade observada nos dois anos anteriores (2012 e 2013). Observa-se, ainda, segundo a mesma análise, que esse crescimento foi concentrado na rede privada, com 15,9%, enquanto que a rede pública cresceu 3,1% no mesmo período. Conseqüentemente, o número total de matriculados na educação superior também tem elevação constante no período de 2010 a 2013.

Para Teixeira et al (2005), a mudança que vem ocorrendo na educação superior originou-se com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e com a abertura do mercado, que promoveu uma grande demanda por parte dos empresários da educação com interesse no ensino superior. Esses fatos contribuíram para viabilizar oportunidades de mercado, que se tornou competitivo no setor privado. Desta forma, as IES, como quaisquer outras organizações, para obterem sucesso em seus empreendimentos, também necessitam contar com pessoas dispostas a envidar esforços para a obtenção de melhores índices de desempenho. Nesse contexto, a Gestão Docente se reveste de grande importância, como diferencial competitivo, à medida que a IES ainda é, por excelência, o lugar de construção de conhecimento e se constituição uma importante aliada para não precarização do trabalho docente.

### 3. ESPECIFICIDADES DO SERVIÇO EDUCACIONAL

Diante do vasto universo que abrange o que se pode classificar como serviços, aqui se destaca o serviço educacional. A concepção da educação, como serviço, tornou possível o florescimento de ofertas educacionais pelas universidades. Novos cursos, currículos, formação e títulos acadêmicos, para docentes, gestores e empresas interessadas no vasto e promissor mercado nacional e transnacional, dedicado a oferecer credenciais à mão de obra futura, para as mais diversas profissões (Chizzotti, 2014).

As Instituições de Ensino Superior prestam serviços em educação que possibilitam a formação de profissionais em áreas diversas do conhecimento, e que levam consigo a missão educacional e toda a sua complexidade. Giacomini (1995) alerta que o sistema educacional possui particularidades que o caracteriza, de um lado, como atividade de interesse social e de cidadania e, de outro, atividade rentável ou com fins lucrativos. Mesmo considerada bastante polêmica a postura de instituições de ensino como organizações econômicas, elas ultrapassam os interesses sociais, podendo considerar o aluno como um cliente. É característica de um serviço educacional ter, como fruto, a produção de conhecimento de maneira bilateral. De um lado, os professores, detentores do capital intelectual, que através do ensino transmitem conhecimento para os seus alunos; do outro lado o discente que, quando submetido a uma avaliação, produz prova do seu conhecimento. Stewart (1998) define capital intelectual como uma soma de conhecimentos, informações, experiência e propriedade. Neste sentido, o professor pode ser reconhecido como um fornecedor de ativo de conhecimento.

O olhar na cadeia produtiva dos serviços educacionais recai sobre os docentes, pois como exposto no texto introdutório, a expansão do ensino superior acarretou um aumento pela demanda deste profissional pelas instituições de ensino ampliando o debate sobre o tipo de profissional que estão ocupando esses postos de trabalho.

Desta forma, instiga-se compreender como este agente atua na prestação deste serviço e qual a sua contribuição para visto que a educação e a formação profissional de um indivíduo não são produtos no sentido estrito. A educação e o conhecimento têm um valor intrínseco e este deve continuar sendo a base de sustentação para uma educação de qualidade, seja nas empresas, que comercializam o serviço, seja nas universidades, que geram recursos para que o serviço aconteça.

Corrêa e Caon (2014) pontuam que uma grande quantidade de operações de serviços é intensiva no uso da mão de obra e, para muitas dessas operações, o recurso humano é o principal ponto de contato com o cliente. O ensino é um serviço de alto contato entre o fornecedor e o cliente, onde o cliente, aqui, o aluno, é coprodutor do serviço prestado, pois precisa demonstrar o aprendizado, produzindo provas de conhecimento. A forma como esse conhecimento é aplicado, normalmente é realizado de maneira autônoma pelo professor, figura responsável pela atividade fim na Instituição de Ensino Superior. Quando realizado de maneira eficiente, contribui para a qualidade do serviço prestado. Porém, é necessário que ambos, professor e aluno, estejam imbricados nessa relação para que o processo de aprendizagem seja efetivo, senão esbarra-se no estigma ‘o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende’. No caso de um serviço educacional, o produto principal é a criação ou a difusão do conhecimento, através de um processo de ensino estabelecido pela instituição e executado por um corpo docente selecionado pela entidade. Freire (2015) expressa que o ensinar não se limita apenas a transferir conhecimentos, senão também no desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado, em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo.

Kotler e Fox (1994) trazem um conceito mais abrangente sobre o serviço educacional e afirmam que, em se tratando de faculdades, o serviço propriamente dito pode ser uma junção de vários produtos, o produto educacional em si, o produto recreativo, o produto destinado ao

crescimento pessoal e produtos para planejamento do futuro. Já Mello, Dutra e Oliveira (2001) indicam o serviço educacional como um serviço de ações intangíveis, dirigido à mente das pessoas, de entrega contínua, realizado através de uma parceria entre a organização de serviço e seu cliente e, apesar de ter um alto contato pessoal com o cliente, é de baixa customização.

Dentre as contribuições levantadas acerca das características do que seja serviço e um serviço educacional, um ponto convergente entre o discurso dos autores supracitados trata da relação entre a prestação do serviço, o agente prestador do serviço (instituição, pessoa) e a qualidade do serviço. Gronroos (2009) associa o serviço à percepção do cliente. A qualidade do serviço pode ser qualquer coisa que o cliente perceba e a sua percepção é o que realmente interessa.

Sabe-se que na cadeia produtiva de um serviço educacional está o corpo docente, elemento determinante para a prestação deste serviço. Por entender que o corpo docente é um dos elementos qualificadores do serviço e que este tem representação importante nas avaliações de curso, tanto perante aos alunos quanto aos órgãos regulamentadores das instituições de educação. Detalha-se a seguir a qualidade do serviço educacional com o foco no trabalho docente.

#### **4. A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Gerenciar serviços é compreender que estes são executados de formas distintas e a qualidade dos serviços prestados vai estar diretamente relacionada às pessoas envolvidas no processo. Para Corrêa e Caon (2014), criar qualidade do serviço e produtividade dos recursos, nos níveis necessários, supõe o que se chama de “competências da empresa”. Desta forma, para que não haja muita discrepância no resultado final do serviço, é natural que as empresas estabeleçam padrões que garantam a eficiência do serviço prestado. Estes padrões são instituídos de acordo com os objetivos organizacionais e, especialmente, de acordo com a atividade exercida por elas, o que pode ser entendido como competência empresarial.

Para Gronroos (2009), a qualidade do serviço teria duas dimensões: a primeira seria a dimensão técnica ou de resultado, entendida como o resultado deixado com o cliente, quando o serviço está sendo consumido. A outra é a dimensão funcional ou relacionada ao processo resultado da interação empresa cliente. Santos (2014) sugere que a dimensão funcional da qualidade está relacionada às funções do prestador de serviços e às percepções do cliente com o serviço prestado. Já a qualidade técnica, aumenta conforme evoluem as percepções totais da qualidade do serviço. Em Eberle, Milan e Lazzari (2010), vê-se que a qualidade pode ser definida como a amplitude da discrepância entre as percepções (desempenho percebido e as expectativas do cliente). Já para Giansesi e Corrêa (2010), a qualidade em serviços pode ser dividida em determinantes que facilitem a compreensão do que é devido à característica da intangibilidade. Para cada tipo de serviço, poderá existir um conjunto específico de determinantes da qualidade.

Contudo, Raszl et al. (2012) relacionam as diversas formas em que se pode perceber a qualidade na educação, dependendo da perspectiva do observador. Para educadores e pedagogos, a qualidade na educação se apresenta sob o foco da construção e apreensão do conhecimento, por exemplo. Para estudantes de cursos profissionalizantes, o foco passa a ser no preparo para o trabalho e na empregabilidade. Sob o ponto de vista da indústria, a qualidade na educação visa a competência profissional, habilidades e atitudes, que levem a um aumento da produtividade e para os órgãos regulamentadores os resultados dos IGC e dos resultados do ENADE são indicadores de qualidade, por exemplo.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, autarquia federal do Ministério da Educação, através do SINAES, avalia os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o

desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações, entre vários outros aspectos. Por meio do SINAES surge o ENADE, que tem como objetivo medir através de uma escala de 5 pontos o rendimento dos alunos de graduação, relativos aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências para a formação pleiteada. O exame constitui-se um importante balizador para as instituições de ensino superior conduzir suas estratégias institucionais e suas práticas acadêmicas. Segundo o INEP (2015b), as informações obtidas através do SINAES são utilizadas, pelas IES, para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas; e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e o público em geral para orientar suas decisões, quanto à realidade dos cursos e das instituições. No caso das instituições privadas de ensino, a qualidade está intimamente relacionada com a competitividade, que garanta sua sobrevivência no mercado. Para Sohail e Shaikh (2004), os fatores determinantes que mais influenciam o nível de qualidade de uma IES são os professores, as evidências físicas e a reputação da IES. Neste sentido, tais fatores determinantes de qualidade se aplicam às diferentes instituições de ensino superior, seja pública ou privada. Em se tratando de qualidade em ensino superior, Rowley (1997) salienta que qualquer tentativa de se medir a qualidade, especificamente, deve levar em consideração as perspectivas das diversas partes interessadas e, para medi-la de forma eficiente, cabe aos gestores educacionais criar um sistema de medição direcionado à educação superior. Para Alcadipani e Bresler (2001), muitas instituições não se importam mais com a qualidade da produção ou da formação desses docentes, mas com os números de cursos, de matrículas e de aprovações. Tal visão traz, para a educação, um processo produtivo quase que industrial, contrapondo-se com o seu propósito. Nesse sentido, tratar a educação apenas como um produto/serviço seria leviano, por desconsiderar seu papel social. O ensino tem um valor caro para a sociedade, pois ele atende não só ao estudante, como também à família, à comunidade e, de forma geral, à toda humanidade. Conforme proposto no Art. 1º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996, p.1), “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”. Todo esse processo necessita de uma gestão de recursos. A gestão educacional é uma expressão que ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir de década de 1990, e vem se constituindo em um conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas. Gerir educação supera a mera execução da sua atividade fim, qual seja a prestação do serviço educacional, formando pessoas para o exercício profissional e atuação no mercado de trabalho; supõe, também, a missão de formar cidadãos conscientes e participantes ativos da própria história, reforçando a importância das organizações educacionais independente da sua natureza jurídica.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação superior brasileira tem apresentado um salto nas duas últimas décadas e, como um dos seus principais efeitos, percebe-se que essa atividade passa a ser vista mais como um serviço comercial do que como um bem público de responsabilidade do Estado. Observa-se que o crescimento ocorre nos mais diversos tipos de organização de educação superior: faculdades, centros universitários e universidades, algumas sem fins lucrativos e outras que visam ao lucro, muitas vezes administradas por grupos de empresários nacionais ou mesmo internacionais.



De certo, sabe-se que o direito à educação vem se consolidando em nossas Constituições desde a Carta do Império, e a influência de nossos juristas educadores, junto aos Constituintes, foi sendo cada vez mais forte, entretanto o reconhecimento da educação como forma de investimento para o desenvolvimento nacional tem sido difícil (MOTTA, 1997).

Embora a atividade educacional seja uma função pública, ela não é privativa do Estado, ensejando, portanto, a prestação direta pelo Estado com a participação da sociedade, bem como a prestação pelo particular, sem prejuízo da colaboração entre ambos, mediante técnicas de fomento ou parcerias.

A própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) possibilita à iniciativa privada a prestação da atividade educacional. A LDB/96 também confirma esse princípio em seu artigo 7º, não dando mais margem à errônea interpretação de que a educação seria uma prerrogativa exclusiva dos poderes públicos, podendo ser exercida pela iniciativa privada apenas como uma concessão (BRASIL, 1996).

Dada a importância formativa do cidadão, o artigo 1º da LDB (BRASIL, 1996) estabelece que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas Instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nas manifestações culturais”.

A LDB (BRASIL, 1996) estabelece, ainda, em seu artigo 45, que a educação superior será ministrada em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. Essa afirmativa reforça o já estabelecido no artigo 209 da Constituição Federal de 1988, no que se refere à liberdade da iniciativa privada quanto ao ensino superior.

Com base nos marcos regulatórios que tratam da educação não se questiona a abertura do mercado de serviço educacional aos grupos econômicos privados. Questiona-se a forma como estas empresas vêm conduzindo o processo de prestação de serviço educacional a medida que o equipara a um serviço comercial.

Oportunizar educação é uma das principais estratégias de desenvolvimento para países que buscam manter seus patamares de desenvolvimento e crescimento sustentável. Entretanto, todo movimento de expansão principalmente os que se referem aos serviços essenciais devem ser vistos com parcimônia e aumento no nível de controle dos órgãos regulamentadores para que não se perca a qualidade do que está sendo ofertado.

No caso das instituições privadas de ensino, a qualidade está intimamente relacionada com a competitividade, que garanta sua sobrevivência no mercado. Para Sohail e Shaikh (2004), os fatores determinantes que mais influenciam o nível de qualidade de uma IES são os professores, as evidências físicas e a reputação da IES. Neste sentido, tais fatores determinantes de qualidade se aplicam às diferentes instituições de ensino superior, seja pública ou privada.

Em se tratando de qualidade em ensino superior, Rowley (1997) salienta que qualquer tentativa de se medir a qualidade, especificamente, deve levar em consideração as perspectivas das diversas partes interessadas e, para medi-la de forma eficiente, cabe aos gestores educacionais criar um sistema de medição direcionado à educação superior. É aí que deveras os interesses organizacionais econômicos podem se sobrepor a finalidade do serviço educacional que está sendo prestado.

Toda essa massificação do ensino superior tem questionado a comunidade acadêmica a entender a que preço essas grandes instituições da educação estão dispostas a investir em um serviço tão relevante a sociedade na proporção que a educação exige.

O que se percebe atualmente nas grandes faculdades são grandes esforços mercadológicos de atração de alunos para as universidades muitas vezes seduzidos por baixo custo das mensalidades.



Entretanto para garantir custos mais baixos de operacionalização do serviço educacional estas instituições cortam despesas com um dos principais fornecedores do conhecimento, e elo principal da cadeia produtiva, que é o professor.

As estratégias são inúmeras, tais como, aumento do número de alunos por sala, redução da contratação de professores doutores do corpo docente por uma mão de obra mais barata e menos especializada, compilamento das aulas das disciplinas de núcleo comum ao regime a distância se utilizando das estratégias de produção em massa.

Diante deste contexto, o presente artigo faz um convite a pesquisas que tratem da gestão educacional, da qualidade do ensino educacional e da gestão docente.

Destaca-se a importância de se propor a reflexão sobre o modo de conduzir a gestão nas IES, especialmente no que se refere às questões relacionadas diretamente ao corpo docente, o que implica em diversos fatores conjunturais, considerando-se ser, o professor, o interlocutor indispensável no processo ensino-aprendizagem e o responsável direto pela qualidade do ensino.

## REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R., BRESLER, R.A MacDonalidização do ensino. **Carta Capital**, n. 122, p. 20-24, 10 maio 2001.

BARROS, M.J.F.; BOAVENTURA, E.M. A tensão entre o público e o privado na educação superior brasileira. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v.6, n 12, p 42-52, jul. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394**. 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 20 fev. 2016.

CHIZZOTTI, A. Educação superior e o mercado de serviços educacionais. **Revista e-Curriculum**, PUC, São Paulo, v. 12, n. 1 jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/19791/14723>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CORREA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços**: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. 1.ed. 12.reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

EBERLE, L.; MILAN, G. S.; LAZZARI, F. Identificação das dimensões da qualidade em serviços: um estudo aplicado em uma instituição de ensino superior. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 2, p. 1-32, jul./dez. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIACOMINI, G. **Paradigmas do marketing educacional no Brasil**: comunicação para o mercado. São Paulo: EDICON, 1995.

GIANESI I. G. N; CORRÊA, H. L. **Administração estratégia de serviços**: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2010.

GRÖNROOS, C. **Marketing**: gerenciamento e serviços. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços, 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas\\_2014\\_v16.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2014_v16.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Dados do censo de 2014. Disponível em: <[www.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2014.pdf](http://www.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2016.

I \_\_\_\_\_. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. 2015b. (v.5, Avaliação in loco: referenciais no âmbito do SINAES). Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Vol+5/ee07ce50-a60f-4614-9aac-01bfe168df5f?version=1.2>> Acesso em 10 jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de Educação Superior**. 2015a. Disponível em: <em:<<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>> Acesso em: 10 nov. 2016.

KOTLER, P.; FOX, K. F. A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

MELLO, S. C.; DUTRA, H. F. de O.; OLIVEIRA, P. A. da S. Avaliando a qualidade de serviço educacional numa IES: o impacto da qualidade percebida na apreciação do aluno de graduação. **Organizações & Sociedade**, v. 8, n. 21, p. 125-137, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>> Acesso em: 30 maio 2016

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadoras com tecnologias. PGIE.UFRGS. **Informática na Educação**: teoria e prática. v.3, n.1, set. 2000.

MOTTA, E. O. **Direito educacional e educação no século XXI**: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Brasília: UNESCO, 1997.

RASZL, S. M. et al. Gestão da qualidade na educação. **Revista E-Tech**: tecnologias para competitividade industrial, p. 15-33, 2012.

ROWLEY, J. Beyond service quality dimensions in higher education and towards a service contract. **Quality Assurance in Education**, v. 5, n. 1, p. 7-14, 1997.

SANTOS, G.S. dos. **Avaliação da qualidade do serviço educacional numa instituição de ensino superior privada**: a perspectiva de alunos de graduação em um estudo longitudinal. Dissertação (Mestrado) PPGA/MPA, Universidade Potiguar, Natal, 2014. Disponível em: <<https://unp.br/wp-content/uploads/2014/06/AVALIA%C3%87%C3%83O-DA-QUALIDADE-DO-SERVI%C3%87O-EDUCACIONAL-NUMA->

INSTITUI%C3%87%C3%83O-DE-ENSINO-SUPERIOR-PRIVADA-\_-A-PERSPECTIVA-DE-A.pdf> Acesso em: 30 maio 2016.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR - SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 2015. Disponível em: < <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SOHAIL, M. S.; SHAIKH, N. M. Quest for excellence in business education: a study of student impressions of service quality. **The international Journal of Educational Management**, v. 18, n. 1, p. 58-65, 2004.

STEWART, T. A. **Capital Intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus. 1998.

TEIXEIRA, G.P. et al. **A mercantilização do ensino superior brasileiro**. Eneo, 2005. Disponível em:  
[http://www.anpad.org.br/ler\\_pdf.php?cod\\_edicao\\_trabalho=4419&cod\\_evento\\_edicao](http://www.anpad.org.br/ler_pdf.php?cod_edicao_trabalho=4419&cod_evento_edicao). Acesso em mar. 2016